

Processo n.º 1234/24.0T8LRS

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juizo Central Cível de Lisboa Juiz 2

SENTENÇA

I Relatório

Maria Leonor Duarte, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 45, 3.º Esq., Lisboa, intentou a presente acção declarativa, sob a forma comum, contra Luis Manuel Soares, residente na Avenida do Brasil, n.º 101, 2.º Dto., Lisboa, pedindo que o Réu seja condenado a pagar-lhe a quantia de 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), acrescida de juros de mora vencidos e vincendos, a taxa legal, desde 01.03.2023 até integral pagamento.

Alega a Autora, em síntese, que prestou serviços de consultoria estratégica ao Réu entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, no âmbito de contrato verbal celebrado entre as partes, tendo emitido fatura correspondente ao valor acordado, que o Réu não pagou, apesar de múltiplos contactos e interpelações.

O Réu foi regularmente citado e apresentou contestação, reconhecendo a prestação dos serviços mas alegando que a Autora não cumpriu integralmente as obrigações contratadas, pelo que entende não ser devedor da quantia reclamada.

Foi dispensada a audiência prévia. Realizou-se audiência final, com inquirição de testemunhas e produção de prova documental.

Cumpra-se decidir.

II Fundamentacao de Facto

Com base na prova produzida, considera-se provado o seguinte:

1. A Autora prestou servicos de consultoria ao Reu entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, no ambito de acordo verbal celebrado entre ambos.
2. As partes acordaram que os servicos seriam remunerados no valor global de 7.500,00.
3. A Autora emitiu a correspondente fatura no dia 28.02.2023, com vencimento em 01.03.2023.
4. O Reu nao efetuou qualquer pagamento ate a presente data.
5. O Reu nao apresentou qualquer reclamacao formal quanto a qualidade dos servicos prestados.
6. As testemunhas ouvidas, nomeadamente o Sr. Antonio Ramos e a Sra. Joana Ribeiro, confirmaram a execucao dos servicos pela Autora de forma continua e conforme ao solicitado pelo Reu.

III Fundamentacao de Direito

Nos termos do artigo 405.o do Codigo Civil, os contratos sao validos independentemente da forma, salvo quando a lei exija forma especial. O contrato verbal de prestacao de servicos celebrado entre as partes e, assim, valido e eficaz.

Nos termos do artigo 798.o do Codigo Civil, o devedor que falta culposamente ao cumprimento da obrigacao torna-se responsavel pelo prejuizo que causa ao credor.

Ficou provado que a Autora prestou os servicos nos termos contratados e que o Reu nao efetuou o pagamento acordado, nao tendo logrado provar a alegada desconformidade dos servicos.

A obrigacao de pagamento e, pois, exigivel, nos termos do artigo 805.o do Codigo Civil, sendo tambem

devidos os juros de mora legais, conforme artigo 806.o do mesmoCodigo.

IV Decisao

Pelo exposto, julga-se a acao procedente e, em consequencia:

- a) Condena-se o Reu Luis Manuel Soares a pagar a Autora Maria Leonor Duarte a quantia de 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros);
- b) Acrescida de juros de mora a taxa legal, vencidos desde 01.03.2023 ate integral pagamento.

Custas pelo Reu.

Registe e notifique.

Lisboa, 22 de maio de 2025

O Juiz de Direito,

[assinatura digital]

Dr.a Ines Carvalho